

# Senado ameaça anular aprovação de taxas do Gatt

GILSON LUIZ EUZÉBIO

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) promete ir à Justiça para anular a sessão do Senado que ratificou o último acordo do Gatt (Acordo Geral de Comércio e Tarifas) e, com isso, dificultar ainda mais a tramitação do projeto de lei de patentes. O acordo do Gatt contém um capítulo dedicado a marcas e patentes, cujos princípios são os mesmos do projeto que está no Senado. Requião afirma que o texto do Gatt foi aprovado numa sessão, dia 15 de dezembro, sem quórum.

Segundo o senador Josaphat Marinho (PFL-BA), realmente não havia quórum na sessão: "Fiz constar em ata para que os interessados possam recorrer à Justiça", afirmou Marinho. Se o Supremo Tribunal Federal acatar a ação de nulidade de ato jurídico, em estudos por Requião, o acordo do Gatt terá que passar por nova tramitação no Senado, o que servirá de justificativa para atrasar a apreciação do projeto de patentes, já na pauta para a reunião da Comissão de Constituição e Justiça desta semana.

O projeto enfrenta dificuldades naturais, já que o assunto tem grandes repercussões na economia nacional. O relatório do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) desagradou a todos: Governo, nacionalistas e neoliberais da Comissão de Constituição e Justiça pediram vistas e adiaram a votação do projeto. Segundo Requião, o Brasil não pode aprovar uma lei de patentes nos moldes do que desejam os Estados Unidos, até porque os países da Comunidade Econômica Européia recusaram o texto do Gatt sobre marcas e patentes.

A bancada ruralista no Senado aliou-se aos nacionalistas para impedir a votação do projeto. Com isso, afirmam, dificilmente ele será aprovado sem alterações, o que o remete de volta à Câmara para nova votação. Na avaliação dos ruralistas, o patenteamento de sementes e de microorganismos poderia destruir a agricultura nacional.

Os demais pontos do projeto, segundo estudos do Senado, também causam prejuízos ao Brasil. "É uma imposição colonialista dos países desenvolvidos e, se passar, será uma tragédia para o Brasil",



Arquivo

**Requião quer atrasar a tramitação do projeto das patentes**

afirma Requião. A Argentina, por exemplo, aprovou uma lei de patentes com uma carência de oito anos e meio. Já o projeto brasileiro, se aprovado, entrará em vigor imediatamente. "Muitas empresas fecharão as portas no dia seguinte", diz Requião.

A primeira consequência, na avaliação de técnicos do Senado, será o deslocamento de empresas do Brasil para a Argentina, em busca de menores custos. A produção argentina estará em situação privilegiada no Mercosul. Diante dessa constatação, alguns senadores argu-

mentam que não podem aprovar de forma apressada a lei de patentes.

Eles reagem às acusações de que o Brasil pratica pirataria: só 5% das patentes registradas no País são de brasileiros, enquanto nos países desenvolvidos 40% a 60% dos pedidos de patentes são de indústrias nacionais. Além disso, desde 1859 o Brasil tem lei de patentes e reconhece o direito. Tudo o que é feito no País está de acordo com a lei brasileira, que não tem que ser a que os Estados Unidos querem.